

---

## Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta segunda-feira

Entre as dez medidas contra a corrupção apresentadas ao Congresso Nacional pelo Ministério Público Federal, que atua na operação “lava jato”, uma está longe de ser unanimidade e enfrenta restrições, até do setor da própria Polícia Federal que investiga a corrupção na Petrobras. É o teste de integridade dos agentes públicos. O texto prevê que ele seja obrigatório para os policiais, mas facultativo para os demais servidores públicos. O próprio relator das medidas de combate à corrupção na comissão, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), reconhece que o teste é polêmico. Ele disse que ainda tem dúvidas se essa medida vai constar do seu relatório final. Mas afirmou que, se estiver incluída, será estendida a todas as categorias de servidores, e também a deputados federais. As informações são do jornal **O Globo**.

---

### Repúdio a Sartori

O desembargador Ivan Sartori, ex-presidente do Tribunal de Justiça de SP, será denunciado nesta terça (18/10) ao Conselho Nacional de Justiça por abuso e falta de isonomia e impessoalidade no julgamento dos policiais que participaram do massacre do Carandiru. A reclamação disciplinar, assinada por dezenas de entidades ligadas aos direitos humanos, será encaminhada à presidente do órgão, Cármen Lúcia. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

### Propina na Alesp

A entrada, a área externa e até o restaurante da Assembleia Legislativa de São Paulo serviram como ponto de encontro para pagamentos de propina a dois ex-assessores do presidente da Casa, Fernando Capez (PSDB), de acordo com depoimento do principal delator da operação alba branca ao Tribunal de Justiça. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

---

### Seguro trabalhista

Companhias com grande quantidade de ações ou demandas de alto valor na Justiça do Trabalho poderão agora usar o chamado seguro garantia para assegurar cobranças judiciais. A alternativa tem sido considerada por empresas em tempos de crise, para a troca de depósitos de altas quantias nos processos, que podem comprometer o fluxo de caixa. A possibilidade de utilização do seguro garantia foi confirmada pelo Tribunal Superior do Trabalho, que reformulou uma orientação sobre o tema com base no artigo 835 do novo Código de Processo Civil. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

---

## OPINIÃO

### 10 medidas em debate

O jornal **O Globo** abriu debate em seu espaço editorial sobre as chamadas “10 medidas contra a corrupção”, elaboradas pelo Ministério Público Federal. O veículo defende as propostas: “[É importante] a iniciativa do Ministério Público Federal de ter apresentado ao Congresso suas propostas para dotar o Estado de mecanismos, eficazes e perenes, que o defendam de ataques do banditismo político-financeiro. O projeto originado no MP precisa ser discutido por seu conteúdo, mas também levando em conta o sentimento do país, de clara repulsa à impunidade, conforme demonstrado em pesquisas de opinião”,

---



---

escreveu o jornal.

A posição contrária veio do diretor da seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, **Luciano Bandeira**, que vê na lei um retrocesso na democracia. “Estamos percorrendo o caminho do abismo com a flexibilização das garantias. Ao aceitarmos soluções menos democráticas para resolver um problema, mesmo que seja grave, como a corrupção, estamos deixando a porta aberta para o retrocesso do progresso democrático. Neste momento, devemos nos concentrar em produzir mais transparência, aprofundar a democracia e proteger o pleno direito de defesa. A limitação do habeas corpus, a prisão “extraordinária” e a redução dos recursos não vão acabar com a corrupção”.

---

### **STF lento demais**

A lentidão do Supremo Tribunal Federal em julgar casos de vasto interesse da nação, em contraste com a rapidez demonstrada pelo juiz Sergio Moro ao cuidar dos trâmites da "lava jato", foi apontada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em editorial. “Não há, infelizmente, exemplos de celeridade semelhantes no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Correm por lá, em decorrência do foro privilegiado, investigações referentes a dezenas de políticos envolvidos na Lava Jato. Só há menos de duas semanas liberou-se para apreciação do plenário um processo relativo ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O episódio não guarda relação com os escândalos recentes da Petrobras. Remonta a 2007, quando se revelou que a construtora Mendes Júnior teria contribuído para pagar a pensão devida por Renan à jornalista Mônica Veloso, com quem tivera uma filha. Os muitos parlamentares acusados de corrupção na Lava Jato —que investiga esquema incomparavelmente mais complexo— certamente haverão de se sentir tranquilos se for esse o ritmo do STF”.

---

### **Conciliação bem-vinda**

Em 2015, durante a Semana Nacional da Conciliação, foram feitas 354 mil audiências, das quais resultaram 214 mil acordos (60,45% de sucesso), refletindo R\$ 1,6 bilhão em valores homologados. Os números foram apresentados pelo ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, em artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**. Para ele, a resolução 174 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho é a responsável pelas estatísticas, sendo uma medida “decisiva e irreversível rumo a uma Justiça muito mais rápida e realmente pacificadora, especialmente para as pessoas mais pobres”.

**Autores:** Redação ConJur